



MINISTÉRIO DA
CULTURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ

SECRETARIA DE CULTURA

EDITAL Nº 001/2023 – CHAMAMENTO PÚBLICO – FOMENTO AUDIOVISUAL

A Prefeitura Municipal de Ingá - PB, em consonância com a Lei Complementar Nº 195, de 8 de julho de 2022, o Decreto Federal no 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Federal Nº 11.453, de 23 de março de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital de Chamamento Público, o REGULAMENTO para a seleção de projetos culturais de produção audiovisual no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, referente ao AUDIOVISUAL, de acordo com o Art. 6º e Inciso primeiro da referida Lei.

1. DA JUSTIFICATIVA

O Edital Nº 001/2023 – FOMENTO AO AUDIOVISUAL, representa uma iniciativa de apoio ao setor cultural baseada na Lei Complementar Nº 195, de 8 de julho de 2022, também conhecida como a "Lei Paulo Gustavo". O foco está em projetos culturais na área do audiovisual elaborados por artistas e agentes culturais, visando benefícios tanto individuais quanto coletivos, assim como gerando impactos locais, sociais, econômicos e culturais.

2. DO OBJETO

2.1. O objetivo deste Edital é a seleção e o fomento de projetos audiovisuais criados por artistas, grupos e coletivos culturais, alinhados com o artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Esses projetos devem ser submetidos por proponentes, sejam Pessoas Físicas (PF), Microempreendedores Individuais (MEI) ou Pessoas Jurídicas (PJ) de direito privado, com ou sem fins lucrativos, e de natureza cultural, que tenham sede ou residência no município de Ingá, na Paraíba.

2.2. Através deste edital pretende-se fomentar o desenvolvimento de atividades culturais através do audiovisual, incentivando a promoção e divulgação da arte e da cultura existente no município de Ingá.

3. DAS CATEGORIAS

3.1. Este Edital contemplará 35 (trinta e cinco) Projetos na área do audiovisual nas seguintes categorias abaixo:

3.1.1. Produção de curta metragem, videoclipes e vídeo biografia e vídeo vertical:

CATEGORIA	VAGAS	PROONENTES
Curta metragem	05	Pessoa Física (PF) Pessoa Jurídica (PJ)
Video cliques	05	Pessoa Física (PF) Pessoa Jurídica (PJ)
Vídeo biografia de artista ou trajetória de grupo	15	Pessoa Física (PF) Pessoa Jurídica (PJ)
Vídeo vertical	10	vídeo vertical





MINISTÉRIO DA
CULTURA



3.2. CURTA METRAGEM

Compreende-se como Curta metragem a obra audiovisual com duração de até 20 (vinte) minutos, com as seguintes especificações técnicas:

- a) **Câmera** - Captação mínima 4k 60fps, câmera com tecnologia Mirroless, 10 bits de High Dynamic Range (HDR);
- b) **Áudio** - Gravador de áudio, Captação mínima de 48khz, Microfone externo tipo Boom (shutgun) Microfone de lapela.
- c) **Edição /Finalização** do Curta Metragem/Documentário - Software: Adobe premiere ou Davinci resolve;
- d) **Entrega de Arquivo Final** - Resolução 3840x2160
- e) **Formato** - H264
- f) **Edição/Finalização do Áudio** - Software: Reaper, Adobe Audition ou Audacity
- g) **Entrega do Arquivo** - WAV.

3.3 VÍDEO CLIPE

Compreende-se como a produção de vídeo clip de artista solo ou de banda, com temática livre e com duração entre 3 (oito) e 06 (seis) minutos.

3.4 VÍDEO BIOGRAFIA DO ARTISTA OU TRAJETÓRIA DE GRUPO

Compreende-se como "vídeo biografia" do artista ou do percurso do grupo, a produção de uma obra audiovisual autobiográfica. O vídeo terá duração de 5 a 10 minutos para artistas individuais e de 10 a 15 minutos para grupos e comunidades tradicionais. Esse conteúdo será apresentado pelo proponente e abordará a trajetória da sua vida artística, sua formação, influências, parcerias, projetos realizados e sua atuação como profissional na área cultural do município, entre outros aspectos relevantes do conhecimento cultural e prática que evidenciem, definam ou destaquem seu trabalho especializado em várias áreas artísticas e culturais, como artesanato, literatura, artes visuais, música, grupos, comunidades tradicionais, terreiros, entre outras áreas.

3.5 VIDEO VERTICAL

"Vídeo vertical" é um formato de vídeo em que a altura é maior que a largura, resultando em um vídeo mais alto do que largo. Esse formato é geralmente visualizado em dispositivos móveis ou em telas no formato retrato, como smartphones ou tablets.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS

4.1.1. Os proponentes para a produção de CURTA METRAGEM, deverão enviar projeto impresso contendo: apresentação, justificativa, cronograma de atividades, proposta estética, roteiro cinematográfico indicativo, com previsão de estrutura, esboço dos textos de narração e indicação de





MINISTÉRIO DA
CULTURA



possíveis depoimentos e entrevistas, argumento com descrição da estrutura do projeto: indicação de pesquisa, descrição de perfil de entrevistado (se for o caso) e abordagem do tema.

4.1.2. É vedado o aporte nas produções, de conteúdo com proselitismo religioso ou político-partidário, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, televidas, infocomerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador.

4.1.3. Os vídeos biografias devem observar as orientações e especificações para a gravação do material contida no ANEXO IV deste edital.

4.1.4. Os projetos para a produção de VIDEOCLIPES deverão enviar projeto contendo: autorização dos intérpretes, dos compositores e a comprovação dos direitos autorais sobre a música selecionada, proposta de roteiro, com previsão de estrutura, proposta estética, indicação de cenas, cenários e enquadramentos.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Plano de Ação Nº 30882120230002-012050 - Ministério da Cultura/ Fundo Nacional de Cultura/ Lei Complementar Nº 195/2022 bem como o Decreto Federal Nº 11.525/2023 e a Lei Municipal Nº 684/2023 do Crédito Especial.

5.2. Os recursos previstos neste Edital serão distribuídos para os seguintes objetos:

5.2.1. R\$ R\$ 100.176,03 (cem mil, cento e setenta e seis reais e três centavos), para produção de Curtas Metragens, Produção de vídeo biografias de artistas e grupos, vídeo clipes e vídeo vertical.

6. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

6.1. Do montante previsto neste Edital 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas, 5% (cinco por cento) para pessoas ciganas e 5% (cinco por cento) para pessoas quilombolas.

6.2. As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que não optarem por concorrer aos recursos reservados, concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

6.3. Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovados nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

6.4. Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

6.5. Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

6.6. Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal e responsável pelo projeto cultural seja mulher, pessoa





MINISTÉRIO DA
CULTURA



LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência ou membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

6.7. No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar auto declaração (Anexo II) e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

7. DO CRONOGRAMA

7.1. As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através site <https://inga.pb.gov.br/>

Etapa	Período	Duração
Período de Inscrições	06 a 16 de novembro de 2023	08 dias
Divulgação do Resultado dos Classificados	20 de novembro de 2023	-
Período para Interposição de Recurso	21 a 22 de novembro de 2023	02 dias
Divulgação do Resultado Final	24 de novembro de 2023	-
Período de Habilitação dos Projetos Selecionados e Assinatura do Termo de Execução Cultural	01 a 08 de dezembro de 2023	08 dias
Período de Pagamento dos Projetos Selecionados	11 a 15 de dezembro de 2023	05 dias

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão inscrever-se neste Edital, na condição de proponentes, as pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com domicílio e atuação cultural comprovada por documentação, no município de Ingá - PB há pelo menos 2 anos e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

8.2. Estão impedidas de inscrever ou participar de projetos as pessoas físicas ou pessoas jurídicas cujos membros sejam pareceristas contratados para a análise de projetos neste Edital ou membros da Comissão de Coordenação, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município bem como cargos comissionados da secretaria de cultura do município e, que não cumpram, com os requisitos do item 8.1 deste certame.

9. DO VALOR PAGO AO PROPONENTE

9.1 O Edital Nº 001/2023 – FOMENTO AO AUDIOVISUAL, contemplará 35 (trinta e cinco) projetos de produção de conteúdo audiovisual, nas categorias de Curta Metragem, vídeo biografias, vídeos clipe e vídeos vertical.





MINISTÉRIO DA
CULTURA



9.2. O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

CATEGORIA	VAGAS	R\$ VALOR	R\$ TOTAL
Curta metragem	05	8.000,00	40.000,00
Video clipe	05	5.000,00	25.000,00
Video biografia de artistas e grupos	15	1.500,00	22.500,00
Vídeo vertical	10	1.000,00	10.000,00

9.3. O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado obrigatoriamente na conta bancária do proponente (pessoa jurídica).

9.4. No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Microempreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

Parágrafo único - O Total do fomento nessa ação será no montante de R\$ 100.176,03 (cem mil, cento e setenta e seis reais e três centavos).

9.3. O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado, obrigatoriamente, na conta bancária do proponente (pessoa física ou jurídica).

9.4. No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Micro Empreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

10. DAS INSCRIÇÕES

10.1. A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada de 06 a 16 de novembro de 2023, presencialmente e exclusivamente na Secretaria Municipal de Cultura, através de formulário disponibilizado no site da Prefeitura <https://inga.pb.gov.br>

10.2. No ato da inscrição, deverão ser anexados os seguintes documentos:

10.2.1. Formulário Inscrição e Plano de Trabalho;

10.2.2. Currículo, e portfólio do proponente;

10.2.3. Auto declaração, quando se tratar de proponente optante por concorrer por meio das ações afirmativas, conforme modelo disponível no Anexo II.

10.2.4. A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2.5. Após a entrega do formulário e documentação, não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.





10.2.6. Só será permitido 01 (uma) inscrição por proponente nos editais da Lei Paulo Gustavo no município de Ingá - PB, caso haja duas inscrições do mesmo proponente, será considerada apenas a última inscrição realizada.

10.2.7. Também será obrigatória a apresentação de documentação complementar, conforme descrito no Art. 15º deste edital.

11. DA ANÁLISE DOS PROJETOS

11.1 Os projetos serão analisados por pareceristas nomeados exclusivamente para este fim, que deverão atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada projeto, de acordo com os critérios e pontuações abaixo relacionados:

Item	Critério	Não apresentou	Apresentou parcialmente	Apresentou integralmente
01	Relevância artística do projeto	0,0	0,5	2,0
02	Viabilidade Prática da Proposta	0,0	0,5	2,0
03	Coerência da metodologia em relação, aos objetivos descritos	0,0	0,5	2,0
04	Currículo e Portfólio	0,0	0,5	2,0
05	Criatividade e Originalidade	0,0	0,5	2,0

11.2 Cada proposta será avaliada por 2 (dois) pareceristas, e a nota final será calculada por meio da média aritmética simples entre as notas atribuídas pelos avaliadores.

11.3 Os proponentes que escolherem o sistema de ações afirmativas receberão uma pontuação adicional de 1,0 (um ponto), que será somada à nota de avaliação. O resultado final deverá indicar claramente a pontuação acrescida.

11.4 Serão selecionados os projetos que obtiverem as melhores notas, cuja soma dos valores provenha das propostas que alcançarem as maiores pontuações.

11.5 Em caso de empate na contagem total de pontos, a solução desse empate favorecerá o proponente que obteve a maior pontuação nos critérios 4 e 5, respectivamente. Se o empate persistir, o projeto inscrito em primeiro lugar será selecionado.

11.6 Projetos que obtiverem uma nota final inferior a 7,0 não serão classificados.

11.7 Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham prestado contas, apresentado relatórios ou, quando necessário, devolvido recursos no contexto da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).





MINISTÉRIO DA
CULTURA



11.8 O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://inga.pb.gov.br/> , contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria, pontuação adicional e nota final.

11.9 Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade no site <https://inga.pb.gov.br/>

11.10 A Comissão de Coordenação Municipal da Lei Paulo Gustavo analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

11.11 Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pela Comissão.

11.12. Após analisados os pedidos de reconsideração, a Comissão de Coordenação Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://inga.pb.gov.br/> a homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

11.13. Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

11.14. Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possíveis acréscimo, conforme o caso.

11.15. Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

12. DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A Comissão de Coordenação, Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeado pelo Prefeito Municipal.

12.2. Os trabalhos da Comissão de Coordenação Execução e Fiscalização serão registrados em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a Secretaria Municipal de Cultura para a devida tomada de decisão.

13. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

13.1. Após a homologação do resultado final, a Secretaria Municipal de Cultura convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

13.2. Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente deverá apresentar a documentação com data de validade atualizada, para fins de instrução processual.

13.3. A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital ensejará na desclassificação do proponente.





MINISTÉRIO DA
CULTURA



13.4. No caso de envio de documentação incompleta, ilegível ou rasurada, será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

13.5. O não envio ou reenvio de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

13.6. A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

13.7. O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária.

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

14.2. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

14.2.1. Caso comprovado o falseamento de informações após o repasse do recurso, o proponente sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

15. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

15.1 Os proponentes deverão entregar juntamente com a ficha de inscrição os anexos os seguintes documentos:

15.2. Proponente MEI – Microempreendedor Individual

- a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
- b) Cópia da identidade e CPF do responsável;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;
- d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;
- f) Cópia do comprovante de residência do representante legal;
- g) Dados bancários (nome do banco, agência e conta corrente) do proponente. A conta deverá, obrigatoriamente, ser vinculada ao CNPJ.
- h) Certificado de MEI – Microempreendedor Individual
- i) Certidão Negativa de Débito Estadual;
- j) Certidão Negativa de Débito Municipal

15.3. Proponente Pessoa Jurídica:

- a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
- b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações;
- c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu;





MINISTÉRIO DA
CULTURA



- d) Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica;
- e) Cópia do comprovante de residência do representante legal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;
- g) Certidão Negativa do FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;
- i) Certidão Negativa de Débito Estadual;
- j) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- l) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

15.4. Proponente Pessoa Física:

- a) Cópia do documento de identidade;
- b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c) Cópia do comprovante de residência do representante legal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;
- e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;
- f) Certidão Negativa Estadual;
- g) Certidão Negativa Municipal;
- h) Dados bancários (cópia de comprovante constando nome do banco, agência e conta) do proponente, (cartão);

Parágrafo Primeiro: As inscrições feitas por Pessoas Jurídicas, a conta corrente deverá estar no nome da empresa e no caso de MEI será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da Lei Paulo Gustavo, Secretaria de Cultura, Prefeitura Municipal de Ingá, Ministério da Cultura e Governo Federal, conforme disponibilizado pelo Coordenação da Lei Paulo Gustavo no município.

16.2. Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação:





“Realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.
Operacionalização: Secretaria de Cultura, Prefeitura Municipal de Ingá.

16.3. O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

16.4. É de responsabilidade da Secretaria de Cultura o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

16.5. Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pela comissão de coordenação e análise durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

16.6. Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da
Secretaria de Cultura de Ingá.

16.7. Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site <https://inga.pb.gov.br/>.

Ingá - PB, 06 de novembro de 2023

Robério Lopes Burity

Prefeito Municipal

Tiago Garcia de Araújo Silva

Secretário Municipal de Ingá

